



Foto: Micheli Karoly

Como aumentar a eficácia da gestão pública e promover a reforma do Estado?

A resposta para essa complexa pergunta conduziu as discussões do Seminário Governabilidade e Eficiência no Setor Público, que aconteceu na manhã do dia 24 de julho, no Hotel Embaixador. Participaram o economista Fabio Giambiagi, a ex-Ministra Cláudia Costin e o ex-Secretário de Estado Cláudio Accurso. Para oferecer uma visão completa desse debate, o Sindaf está lançando um livro que inclui as principais idéias dos três palestrantes. O objetivo é que a publicação sirva de referência para os futuros governantes do Estado.

O evento contou com a presença de diversas autoridades e a participação das equipes de plano de governo dos candidatos a governador. Conforme explica a Presidente do Sindicato, Janice Machado, a idéia do Seminário surgiu da necessidade de aprofundar a discussão acerca da grave crise das finanças públicas estaduais.

Reflexão Crítica

O primeiro convidado, Fabio Giambiagi – que também é Gerente de Macroeconomia do BNDES e autor do livro “Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil” – propôs uma reflexão crítica sobre a clara mudança que ocorreu nos dois períodos do governo FHC (de 1995

a 1998 e de 1999 a 2002). Segundo ele, “para entender a dinâmica do déficit e da dívida pública, tão importante quanto o ritmo das chamadas reformas estruturais, foi a atitude das autoridades”.

Para que o público presente pudesse entender melhor sua palestra, Giambiagi distribuiu textos que mostravam os dados das diversas rubricas em que se decompõe o déficit fiscal. Também destacou a importância das receitas extraordinárias para a redução do desequilíbrio, e chamou atenção para a dimensão dos diversos ajustamentos patrimoniais que elevaram a relação da Dívida líquida/PIB.

Gestão por problemas

A ex-Ministra da Administração Federal e atual Diretora do Promon Cláudia Costin, que falou logo após Giambiagi, abordou a questão da gestão pública. “Num contexto em que o cenário é tão restritivo, onde é que nós podemos atuar para que a população receba serviços de melhor qualidade? É, sobretudo, uma questão de gestão”, enfatizou.

Sobre a crise do Estado, Cláudia Costin afirmou que ela iniciou na década de 80 e se estendeu até hoje, sendo que, para saná-la, seria necessária uma reforma que solucionasse “a insuficiência da poupança pública para se realizarem os

investimentos que o Brasil demanda”. Segundo ela, “essa crise se agravou muito com a redemocratização do País, quando todas as demandas represadas foram postas, simultaneamente, na mesa, num contexto em que era difícil atender a todas e não havia a prática da priorização democrática”. Para a ex-Ministra, o papel do Estado é, além de baratear o custo de produção do capital, gerar emprego e renda.

Cultura de planejamento

Os principais assuntos mencionados pelo economista e ex-Secretário de Planejamento do Estado Cláudio Accurso, último palestrante do evento, foi qualidade e eficiência. Valendo-se de mais de 40 anos de atuação no serviço público, Accurso afirmou que “se o setor público é totalmente ineficiente nas coisas que se deseja dele, alguma coisa está errada. A idéia de que se lubrificar o setor público com mais recursos, ele vai produzir mais do que vêm produzindo, é totalmente falsa”. Na sua visão, “há um desperdício muito grande no setor público. Temos que pensar e fazer no setor público o que se faz no setor privado quando os recursos não resolvem e a competitividade começa a decrescer do ponto de vista da unidade econômica”.

Principais momentos do Seminário

Fabio Giambiagi – Economista e Gerente de Macroeconomia do BNDES

“Nos últimos oito anos, os gastos públicos aumentaram mais do que o Produto Interno Bruto. É um erro dizer que houve arrocho fiscal”.

“Me preocupo com as propostas mirabolantes de certos candidatos nessas eleições, que prometem aumentar os gastos públicos, esquecendo-se de que qualquer aumento depende do crescimento da economia. Sem crescimento da economia, no próximo governo, ao contrário, teremos menos recursos do que no atual. Logo, são propostas de difícil viabilidade”.

“Não é vergonhoso recorrer ao FMI. Até a Inglaterra e a Itália fizeram acordos com o Fundo. O ideal seria o Brasil não precisar dele para saber que deve gerar superávits primários em suas contas para evitar o crescimento da dívida pública”.

“A Lei de Responsabilidade Fiscal foi um grande avanço, porque revelou um consenso político nacional em torno da austeridade nas contas públicas. Precisamos avançar: o ideal seria introduzir a implantação de um piso de superávit primário nas contas do Governo Federal.”



Cláudia Costin – Ex-Ministra da Administração Federal e atual Diretora do Promon

“Uma das grandes mudanças é fazer o governo conduzir a gestão por problemas e não por departamentos ou órgãos. Fusões ou novos órgãos não funcionam. É fundamental governar através da avaliação de indicadores. Não interessa quantas casas foram construídas, mas em quanto o déficit habitacional foi reduzido.”

“No setor público não temos uma cultura e uma consciência quanto à avaliação do gasto com pessoal. Fiquei triste quando soube que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul abandonou o programa de qualidade total e que não mais avalia a educação. Nos Estados Unidos a avaliação da educação está na capa do Washington Post todos os dias.”

“Precisamos de um servidor que seja bem visto pela sociedade, bem visto pelos governantes e bem visto por ele mesmo. Chega de dizer: coitado, ele ganha tão pouco, não vamos exigir mais dele. Isso é o que faz com que ele continue ganhando pouco”.



Cláudio Accurso – Economista e Ex-Secretário de Planejamento do Estado

“Em termos de processos de trabalho, só existem dois setores mais atrasados que o Estado: as barbearias e os cartórios”.

“Os bancos conseguiram modernizar os serviços, diminuir custos e facilitar a vida dos usuários. O Estado, ao contrário, continua operando como se fosse uma barbearia, usando tecnologia do século passado.”

“No setor público, há uma espécie de estabilidade feudal. Nada muda, pois se o servidor trabalhar ou não, ganha a mesma coisa. Aliás, ganha mais quem menos trabalha. É um modelo que tolhe a criatividade e a inovação”.

“Não existe cultura de planejamento. O orçamento é uma obra que um simples macaco amestrado tem condições de fazer, pois é uma mera aplicação de coeficientes. Não existe diagnóstico, definição de metas e compromissos com eficiência e produtividade.”

